



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA

Parecer

Aos 27 dias do mês de novembro do ano de 2020 reuniu-se, na sede social, o Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Vela estando presentes todos os seus efetivos nomeadamente o presidente Jorge Pessanha Viegas e os vogais Paulo Silva e José Maria Ribeiro da Cunha, este em representação de “JM Ribeiro da Cunha & Associados – SROC, Lda.”.

Aberta a sessão pelo presidente foi por ele lida a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Apreciação do plano de atividades e proposta de orçamento para 2021 e emissão do respetivo parecer.

Entrando no ponto único foi pedido a comparência do Secretário Geral, Sr. Rui Santos, que fez uma detalhada exposição sobre as atividades desportivas e o orçamento para 2021, tendo realçado que a Federação iria tentar cumprir os objetivos traçados no orçamento.

O Conselho Fiscal apreciou o plano de atividades para 2021 e verificou que é intenção da Federação continuar a promover o desenvolvimento desportivo da Vela, em concordância e parceria com as associações regionais e com os clubes.

Esta tarefa, a nível nacional, não irá ser fácil, tendo em consideração a conjuntura económica, social e pelo aparecimento e expansão do vírus, denominado COVID 19, tendo sido declarado como uma pandemia, pela Organização Mundial de Saúde, a qual continua a alastrar-se, com impactos significativos a nível mundial.

Contudo, verificámos que a Direção está firme na prossecução dos seus objetivos.

O Conselho Fiscal apreciou, igualmente, o orçamento para 2021, e analisou os gastos que se esperam incorrer bem como os rendimentos que se esperam obter.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA
Doca de Belém, 1300-038 Lisboa
Telefone: 213 658 500 Fax: 213 660 531
www.fpvela.pt - fpvela@fpvela.pt



Destacam-se nos gastos as atividades regulares, com o valor de 1.165.789,72 euros e nos rendimentos os subsídios à exploração, com o IPDJ, no valor de 1.238.086 euros.

Ambos estão detalhados e são explicativos.

O orçamento para 2021 apresenta uma previsão de resultado nulo.

O Conselho Fiscal recomenda à Direção que desenvolva uma gestão cuidada e eficaz, porquanto os rendimentos que se esperam obter, fundamentalmente os subsídios à exploração, no valor de 1.394.444,46 euros ainda não se encontram, todos, contratualizados.

Assim, haverá que tomar em consideração que os gastos deverão ser efetuados no estrito acompanhamento dos rendimentos a receber, para que não exista prejuízo.

Após uma análise crítica do plano de atividades e da proposta de orçamento para 2021, os quais estão elaborados de forma equilibrada e são um importante instrumento de suporte à concretização da estratégia delineada, o Conselho Fiscal emite o parecer que ambos os documentos referidos no ponto único merecem aprovação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que por todos vai ser assinada.

Presidente: Jorge Pessanha Viegas

Vogais: Paulo Silva

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.